

Patriarcado e opressão feminina em “A hora e vez de Augusto Matraga”, de João Guimarães Rosa

*Patriarcado y la opresión femenina en “La hora y vez de Augusto Matraga”,
de João Guimarães Rosa*

LUIZA BENÍCIO PEREIRA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI),
da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
E-mail: luizabenicio14@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir as normas patriarcais que promovem a opressão feminina das personagens Dionóra, Mimita, Angélica e Tomázia no conto “A hora e vez de Augusto Matraga”, inserto na obra *Sagarana* (2015), do escritor mineiro João Guimarães Rosa, a partir das teorias de dominação e de violência simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012) e das perspectivas teóricas da crítica literária feminista e do feminismo existencialista. As figuras ficcionais femininas referidas habitam o espaço gerido pelo homem, este dissemina atitudes de dominação machista, sexista e insultuosa. Posto isto, pretende-se pôr em relevo o agravamento das posturas de poder masculino, intensificada pelo patriarcado no tratamento do feminino, bastante presente na sociedade em que prevalece a desigualdade e sujeição de gênero. A fundamentação teórica constitui-se dos seguintes autores: Beauvoir (2016), Boris e Cesídio (2007), Cevasco (2009), Perrot (2007, 1998), Zolin (2009). O resultado enuncia que a opressão das personagens narrativas femininas vem de uma base patriarcal que fortalece as ações de violência e limitam a autonomia destas mulheres ficcionais, tratando-as como propriedade e mercadorias.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Patriarcado. Opressão. Figura feminina. Guimarães Rosa.

Resumen: El presente trabajo tiene por objetivo discutir las normas patriarcales que promueven la opresión femenina de las personagens Dionóra, Mimita, Angélica e Tomázia en el cuento “La hora y vez de Augusto Matraga”, inserto en la obra *Sagarana* (2015), del escritor minero João Guimarães Rosa, a partir de las teorías de dominación y de violencia simbólica del sociólogo francés Pierre Bourdieu (2012) y de las perspectivas teóricas de la crítica literaria feminista y del feminismo existencialista. Las figuras ficticias femeninas referidas habitan el espacio administrado por el hombre, éste disemina actitudes de dominación machista, sexista e insultante. Dicho esto, se pretende poner de relieve el agravamiento de las posturas de poder masculino, intensificada por el patriarcado en el trato de lo femenino, bastante presente en la sociedad en la que prevelece la desigualdad y sujeción de género. La justificación teórica se constituye de los siguientes autores: Beauvoir (2016), Boris e Cesídio (2007), Cevasco (2009), Perrot (2007, 1998), Zolin (2009). El resultado enuncia que la opresión de las personajes narrativos femeninos viene de una base patriarcal que fortalece las acciones de violencia y limita la autonomía de estas mujeres ficcionales, tratándolas como propiedad y mercancías.

Palabras-clave: Literatura brasileña. Patriarcado. Opresión. Figura femenina. Guimarães Rosa.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

João Guimarães Rosa nasceu em Cordisburgo, interior do estado de Minas Gerais, no ano de 1908 e faleceu no Rio de Janeiro em 1967. Além de escritor reconhecido pela crítica literária como um dos nomes mais representativos do movimento modernista, exerceu a profissão de médico e diplomata concursado. Em 1967, assumiu o cargo de membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), chegando a falecer dias após a posse¹.

Pertencente à terceira geração do modernismo brasileiro, ao lado de João Cabral de Melo, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles e Ariano Suassuna, Rosa explora, em seus romances e contos, a temática regionalista, voltando-se ao sertão mineiro e à representação da figura dos sertanejos nas dimensões culturais, linguísticas e sociais. Em sua escrita, faz uso dos artifícios criativos da linguagem na constituição de neologismos; ora explora o popular, ora põe em voga o erudito².

A obra *Sagarana*³, publicada pela primeira vez em 1946, é composta pelos seguintes contos: “O burrinho pedrês”; “A volta do marido pródigo”; “Sarapalha”; “Duelo”; “Minha gente”; “São Marcos”; “Corpo fechado”; “Conversa de bois”; “A hora e vez de Augusto Matraga”. Esses contos têm por espaço ficcional o sertão de Minas Gerais; o foco narrativo encontra-se em primeira e terceira pessoa, classificando-se respectivamente em narrador personagem e narrador onisciente.

O conto “A hora e vez de Augusto Matraga” retrata, em plano principal, a vida de Nhô Augusto, homem de imagem rígida e dotado de grande valentia, filho do Coronel Afonso Estêves. A trajetória do personagem tem uma mudança brusca após sobreviver a um ataque brutal, iniciando o processo de regeneração espiritual em busca da bondade e santidade. Ao avançar na narrativa, o leitor depara-se com as histórias das personagens femininas, habitantes de espaços sertanejos diversos, que exercem papéis movedores dentro das malhas literárias.

Este trabalho tem como objetivo discutir o patriarcado e as opressões em que as personagens Dionóra, Mimita, Angélica e Tomázia⁴ estão imersas. A metodologia parte de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, aliando-se a uma revisão de literatura dos pressupostos teóricos basilares desta análise. Entabulam-se as discussões com o pensamento do francês Pierre Bourdieu (2012), com a crítica feminista⁵ de Lúcia

¹ Informação biográfica disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas/60-personalidades-historicas/127-joao-rosa>. Acesso em: 19 ago. 2020.

² De acordo com Fabrício César de Aguiar (2018), na tese de doutoramento intitulada *O pacto entre Rosa e sertão: a encruzilhada do espaço com a literatura*, Guimarães Rosa conviveu com a cultura do sertão em seus múltiplos traços populares, pois na infância morou em fazendas e participou das atividades sertanejas; teve contato também com os saberes considerados letrados, corporizando essas vivências em sua produção literária.

³ Com este livro, o autor recebeu o prêmio *Filipe d’Oliveiro*, em 1946.

⁴ Esta personagem é chamada com frequência de Sariema, porém escolheu-se utilizar o nome Tomázia – mencionado no conto apenas uma vez – para preservar a verdadeira identidade feminina da figura narrativa.

⁵ A crítica literária feminista “trata-se de um modo de ler a literatura confessadamente empenhada, voltada para a desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, construídas, ao longo do tempo, pela cultura” (ZOLIN, 2009, p. 182).

Ozana Zolin (2009), as reverberações sobre as mulheres de Michelle Perrot (1998, 2007) e o feminismo⁶ existencialista⁷ de Simone de Beauvoir (2016).

Ao realizar a apreciação da obra, observando os traços de patriarcalismo e as tramas cotidianas que cercam as figuras narrativas femininas, levanta-se a hipótese de que a condição de opressão exposta ficcionalmente advém das bases de pensamentos patriarcais do corpo social e dos comportamentos aprendidos pelos sujeitos que estão inseridos nas ideias de poder masculino, representados literariamente pelo personagem Nhô Augusto que subjuga as mulheres em diferentes espaços de convívio.

As obras literárias são por excelência constituídas de linguagem figurada que produzem múltiplas compreensões e sentidos simbólicos, tendo muito a enunciar acerca dos aspectos históricos, temporais e sociais vigentes e como estes corroboram a opressão feminina em uma sociedade que ainda coloca em evidência o homem, sendo esta, portanto, a justificativa para a escolha da leitura aqui desempenhada.

Dessa maneira, tem-se a seguinte questão problema: quais as origens conceituais e comportamentais que ocasionam a opressão e submissão das personagens femininas supracitadas? Pois, os insultos e a depreciação efetuados pelo sujeito masculino são constantes, do mesmo modo que as normas estruturais sociais transpassam a narrativa, corroborando, de forma perceptível, esse processo de subjugação.

Em um primeiro momento, apresentam-se as articulações teóricas acerca do homem enquanto sujeito que exerce a dominação; as reflexões acerca do patriarcalismo, tentando elucidar os resquícios deste sistema no comportamento dos sujeitos sociais, bem como enfoca-se a figura da mulher pelos vieses feminista, filosófico e histórico. Em seguida, afigura-se a análise do conto, focalizando as personagens femininas em tela; as considerações finais com a retomada da finalidade basilar deste estudo e os resultados encontrados.

2 A FIGURA DO HOMEM ENQUANTO SUJEITO DOMINANTE⁸

Ao refletir sobre o poder dado ao homem enquanto sujeito priorizado pela sociedade, deparamo-nos com ensinamentos comportamentais e conceitos inconscientes construídos de maneira histórica. A dissemelhança entre homens e mulheres é autocrática, baseada em contrastes, manifestada em primeiro plano nas relações sexuais. O masculino porta o órgão que fica ereto e a posição assumida por ele durante o ato sexual implica eminência (BOURDIEU, 2012).

Acerca dessa discrepância entre o feminino e o masculino, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (2016) em *O segundo sexo* – obra esta pioneira do feminismo –, ao investigar o conceito de mulher na perspectiva psicanalítica, atenta-se ao fato de que

⁶ O feminismo existencialista desenvolvido por Simone de Beauvoir é capaz de possibilitar “um estudo da opressão das mulheres e [...] sugerir formas de emancipá-las dessa opressão” (ZOLIN, 2009, p. 188).

⁷ Para aprofundamento sobre o existencialismo, ver: SARTRE, Jean-Paul. *L'Existentialisme est un humanisme*. Paris: Nagel, 1970.

⁸ Subtítulo baseado nas discussões teóricas formuladas por Pierre Bourdieu na obra *A dominação masculina* (2012), que constitui a maior parte dos argumentos expostos.

Sigmund Freud, em sua vasta produção intelectual, reconheceu que a sexualidade da mulher, assim como a do homem, é completa, desenvolvida, entretanto, não julgou necessária a produção de teorias consistentes, a concebeu a partir do arquétipo masculino, alterando apenas certas particularidades.

O psicólogo Adler⁹ discordou das ideias desenvolvidas por Freud acerca da sexualidade do sujeito, motivo este que ocasionou o seu desligamento dos estudos freudianos. Para Adler, a mulher não sente falta do falo, não o deseja, mas entende que este representa as vantagens oferecidas aos homens, tais como o papel de autoridade do pai no seio familiar, a dominância ilimitada, a liberdade prevalecida, aspectos que demonstram as concepções de superioridade atribuída ao masculino (BEUAVOIR, 2016).

A historiadora francesa Michelle Perrot (1998) acentua que a ciência e a biologia em pleno período de despontamento científico, meados do século XVIII, não conseguiram desmitificar as concepções do “corpo das mulheres, do seu sexo” (PERROT, 1998, p. 08). Desse modo, por conta da desinformação e olhares deturpados, forma-se um estranhamento diante da sexualidade e do corpo das mulheres.

A sexualidade do homem, além de despertar interesse de investigação em bases teóricas formativas, elege o masculino como modelo universal, seja pela presença do falo na psicanálise, seja pelo próprio interesse da psicanálise em se debruçar no homem, evidenciando-se a posição de superioridade que a sociedade, em suas bases históricas e teóricas, coloca na figura masculina.

A distinção entre sexualidade masculina e feminina interessa à medida que está “enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, [...] pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros” (BOURDIEU, 2012, p. 20, grifo do autor). Por essas concepções de superioridade no que concerne aos corpos e às sexualidades do homem é que o sistema de opressão começa a ser constituído.

Nessa lógica divisória exposta pelo autor, os homens ocupam trabalhos exteriores: “do oficial, do público, do seco, do alto, do descontínuo, realiza todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares” (BOURDIEU, 2012, p. 41). Por outro lado, as mulheres estão destinadas ao território úmido: “do baixo, do curso e do contínuo, vêem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos” (BOURDIEU, 2012, p. 41). Nota-se o quanto a mulher ocupa posições inferiores, lugares ocultos, quando comparada aos espaços assumidos pelos homens nas mais diversas áreas da sociedade.

No processo de dominação, existem dois atores: os dominantes e os dominados. O primeiro grupo constrói e influencia as opiniões, estabelecendo os conceitos. O segundo, inseridos nas estruturas de hegemonia, parte das ideias dos dominantes, considerando a relação de dominação como natural, pois vislumbram a situação através

⁹ Alfred Adler nasceu em 1870 em Viena e faleceu em 1937 no Reino Unido, considerado um nome relevante no que tange à expansão dos estudos da psicologia, sendo ele o fundador da teoria da psicologia individual. Conforme Leal e Massimi (2017, p. 802), “o encontro de Adler com Freud foi decisivo tanto na vida de Adler quanto na história da Psicoterapia e da Psicologia, isto porque, para Adler, a forma como eram tratadas as desordens nervosas naquela época, de maneira simples e sintomática, com os métodos psicoterapêuticos rasos, não alcançava a raiz do problema”.

da perspectiva do primeiro grupo. Os dominados tendem a apresentar autodesvalorização, julgando-se inepto diante do outro e da própria comunidade social (BOURDIEU, 2012).

Reside aqui a relevância em considerar a esfera discursiva, a produção de ideias, a constituição de falas, os ecos enunciativos que, ao serem proferidos pela classe que domina as estruturas da sociedade, tornam-se inquestionáveis, supremos, imponentes. Os dizeres tecidos estão relacionados ao modo como a mulher deve se comportar, se pronunciar, quando precisa casar e tornar-se mãe. Os locutores desses discursos são ocupantes da posição de opressor, elaboram concepções baseadas em uma ordem androcêntrica que não representa o feminino e as suas nuances construídas social e historicamente.

A desmistificação em torno da aceitação do indivíduo em condição de subordinação requer uma compreensão coerente, visto que os pensamentos equivocados acabam por colocar as vítimas na posição de condescendência com os maus-tratos – físicos ou psicológicos –, pelos quais passam. Para tanto, Bourdieu (2012) chama atenção para a indispensabilidade de se entender que a culpabilização da vítima faz parte de um sistema de propagação das práticas de dominação, que se inscrevem na cultura e na história da sociedade por meio das engrenagens de difusão de ideias. Em conformidade com o autor, uma das possíveis explicações estaria no fato de que

o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder. [...], temos que registrar e levar em conta a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes. Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um "sujeito" isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder. (BOURDIEU, 2012, p. 52-53, grifos do autor)

Um dos conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu é o de violência simbólica, como parte dele, tem-se o instrumento que potencializa a violência: o poder simbólico. Este vem de um constructo instaurado, e o reconhecimento de suas capacidades arbitrárias por parte dos sujeitos subjugados rende-lhe a robustez na habilidade de causar opressão. De acordo com o autor, a estima, o apreço e o afeto “inscritos duradouramente no corpo dos dominados” (BOURDIEU, 2012, p. 53) são elementos facilitadores da ocorrência simbólica de poder.

A condição de inferioridade das mulheres parte de um plano “mítico-ritual” (Cf. BOURDIEU, 2012), no emaranhado “das relações de produção e reprodução do capital simbólico” (BOURDIEU, 2012, p. 55), no qual ocorre a divisão sujeito/agente, sendo o homem o que atua, ordena, delibera; e objeto/instrumento, as mulheres como as que obedecem, pois estão em estado de dominação, vistas apenas como símbolo no fortalecimento e propagação das forças “do capital simbólico em poder dos homens” (BOURDIEU, 2012, p. 55) por meio da instituição casamento (BOURDIEU, 2012).

Como visto, a ideia de violência simbólica concebida por Bourdieu não se limita apenas a uma leitura das agressões físicas e psicológicas, mas a toda uma estrutura social, política, cultural e econômica que perpassam a sexualidade, o matrimônio e os espaços de trabalho, colocando as mulheres em posição de dominação, de obscurantismo, sendo, pois, subjugadas em diferentes situações e espaços, no próprio lar, no berço familiar ou no exterior, no corpo social.

3 PATRIARCALISMO E A FIGURA DA MULHER

No patriarcalismo, o homem assume posição superior à da mulher, considerado figura principal na constituição de regras a serem seguidas e o responsável pela perpetuação do poder masculino na família e na sociedade. A pesquisadora Lúcia Osana Zolin (2009) acentua que o termo patriarcalismo se originou nas civilizações antigas e dentro desse sistema o patriarca possuía predominante controle sobre a instituição social a ponto de não ser questionado ou desatendido. Tal concepção está presente nas reflexões das teorias feministas, que se debruçam diante da opressão da mulher no transcorrer da história, ocasionada pelas normas advindas das imposições patriarcais que tentam limitar a liberdade da mulher nos mais diversos aspectos.

A partir de 1970, intensificaram-se nos Estados Unidos e na França os estudos feministas, os quais partiram inicialmente da observação das “circunstâncias sócio-históricas como fatores determinantes na produção da literatura” (ZOLIN, 2009, p. 182), problematizando acerca dos direitos negados às mulheres na sociedade e os resultados refletidos na esfera literária. Tais discussões olhadas de forma geral têm por finalidade a modificação da situação de sujeição do feminino, na objetivação da transgressão dos discursos firmados pela tradição cuja presença da mulher contraposta à do homem ocupa uma posição excludente, periférica e subalterna (ZOLIN, 2009).

As mulheres no sistema de tradições patriarcais, consolidada pelas imposições do homem, o qual é colocado no centro, como genitor, protetor e dominador, ocupavam/ocupam espaços que outros ditam serem os específicos para o gênero feminino, normalmente, o cuidado do lar, dos filhos, o servir à família em totalidade. Consoante com Perrot (2007, p. 17), “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”. Dentro das leis misóginas, machistas, patriarcalistas, elas acabam apenas por apossar-se de posições secundárias ou espaços em que o esquecimento é uma das principais ferramentas de subjugação e opressão.

Ao serem postas em locais em que a obscuridade e as limitações são fatores presentes e persistentes, a evidenciação das mulheres em diferentes campos da sociedade ocorre de maneira lenta e em menor número quando comparada à atuação do homem, pois “as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais” (PERROT, 2007, p. 17). Pode-se tomar como exemplo a mulher no campo da escrita literária, no mercado de trabalho, na política, na conquista dos direitos constitucionais como o voto e o divórcio.

Quando se pensa na mulher nos espaços de poderes sociais, dentre os quais, destaca-se o político, constata-se por meio de dados historiográficos que o ingresso nessas esferas “sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega, primeiro modelo da

democracia, excluiu-as radicalmente” (PERROT, 1998, p. 118). Atualmente, as mulheres que possuem papéis de representação nos ambientes de poderes ainda são minorias, não figuram uma quantidade significativa, levando-nos a refletir sobre a importância da representatividade em diferentes esferas governamentais e o quanto as mulheres ainda precisam tomar para si, por meio da reivindicação e da luta, os próprios direitos de atuação em lugares ocupados geralmente por homens.

As representações das figuras femininas na literatura também estão nesse contexto de apagamento quanto a um protagonismo. Quando colocadas nos fios narrativos, não ganham o merecido destaque na estória, o que Perrot (2007) chama de silenciamento do relato. De modo semelhante, aconteceu com as mulheres autoras, cujo exercício de escrita demorou para surgir e após esse processo não recebeu a devida valorização.

Virgínia Woolf (2014), em *Um teto todo seu*, questiona as dificuldades que cercam as mulheres na sociedade da década de 20, direcionando-se também às escritoras, na tentativa de compreender os motivos pelos quais não alcançavam prestígios dentro do universo das letras, bem como destaca que muitas autoras não possuíam meios propícios para o desenvolvimento da escrita como estabilidade financeira e autossuficiência.

Woolf indaga: “Porque é um enigma perene a razão pela qual nenhuma mulher jamais escreveu qualquer palavra de uma literatura extraordinária quando todo homem, ao que parece, é capaz de uma canção ou de um soneto” (WOOLF, 2014, p. 27). Essa inquietação e constatação da autora demonstram o cenário complexo e pouco acessível em que as mulheres escritoras estavam inseridas, isso quando havia as possibilidades de se dedicarem à elaboração de literatura. Os teóricos Cavalcanti e Francisco (2016) afirmam que essa obra consiste em um escrito direcionado aos homens da época, em que Virgínia Woolf os responsabiliza de proceder com a concepção de superioridade e controle da sociedade, conservando, desse modo, a mulher afastada das deliberações políticas e sociais.

A viabilização das obras de autoras renegadas pela historiografia literária começou a se intensificar no século XIX com o despontar da Revolução Francesa¹⁰, iniciando o desenvolvimento de pensamentos feministas e filosóficos, os quais questionaram as normas patriarcais dominantes da sociedade que pensava na mulher unicamente como objeto para o casamento, a constituição da família e os cuidados com o lar, sendo qualquer exercício de atuação fora deste versado como desnecessário e não adequado ao feminino, pois era o homem o sujeito que deveria usufruir das vantagens oferecidas (PERROT, 2007).

Considera-se pertinente revisitar dados antropológicos e históricos para se compreender de maneira sucinta – pois aprofundar nessas discussões seria material para constituir vários volumes de livro – como chegamos a essa compreensão do feminino. Nas palavras de Perrot (2007), ao falar-se de sexo biológico, a notícia de que se espera um menino é sempre bem-vinda, a de que será uma menina é menos ansiada. Em países

¹⁰ Ocorreu na França no período de 1789 a 1799 (Século XIX). Foi um acontecimento histórico, político e cultural, inspirado nas concepções teóricas do Iluminismo (XVII). A revolução francesa colaborou, dentre outras coisas, com o fim da aristocracia e com a instauração dos direitos sociais cidadãos.

como a China e a Índia, o infanticídio e o aborto de bebês do sexo feminino é um ato antigo e frequente; os casais obrigados a ter apenas um filho, preferem ter um menino.

De acordo com Perrot (2007), as narrações da infância das meninas permaneceram desconhecidas até o século XX, exceto pela obra *Historie de ma vie*, de George Sand, na qual ela “conta longamente sua vida cotidiana, as relações com sua mãe, as brincadeiras, fala de suas bonecas, evoca as primeiras leituras, os devaneios em torno do tapete ou dos papéis de parede” (PERROT, 2007, p. 42). Posterior a esse período, começam a surgir obras de cunho autobiográfico com relatos infantis de escritoras como os das francesas Marguerite Audoux e Sidonie Gabrielle Colette; da russa Nathalie Sarraute; e da alemã Christa Wolf. Outrossim, ganham evidências as personagens meninas infantis e juvenis na literatura: Alice de *As Aventuras de Alice no País das Maravilhas* (1865), de Lewis Carroll; Cosette do romance *Os miseráveis* (1862), do francês Victor Hugo.

Nessa esteira de reflexão, Perrot (2007) caminha pelo tratamento que as meninas recebiam no próprio lar, obrigadas a ficarem enclausuradas e diante do olhar controlador dos pais que monitoravam as atitudes e os comportamentos. As jovens mulheres das classes sociais menos favorecidas começavam a trabalhar muito cedo, deixando de frequentar a escola por causa do salário que receberiam para ajudar a família. A autora continua a acentuar que as meninas

São requisitadas para todo tipo de tarefas domésticas. Futura mãe, a menina substitui a mãe ausente. Ela é mais educada do que instruída. A escolarização das meninas é mais atrasada que a dos meninos, principalmente nos países católicos [...]. Logo cedo se estabelece um vínculo entre meninas e religião... Elas são ‘educadas nos joelhos da Igreja’, segundo a fórmula de Monsenhor Dupanloup. A piedade, para elas, não é somente um dever: é o seu *habitus*. (PERROT, 2007, p. 43-44, grifo do autor)

As jovens mulheres quando não conseguiam um casamento que os pais considerassem válido, dando-lhes a aprovação, precisavam trabalhar em empregos menos abastados para contribuir com a renda da casa, garantindo certo valor dentro do seio familiar. Os cargos mais elevados eram preenchidos pelos homens que tiveram o privilégio de adentrar nos ambientes escolásticos e, conseqüentemente, tornaram-se letrados e habilidosos. Por sua vez, as meninas eram inseridas de forma mais contundente nos ensinamentos religiosos, devendo preservar qualidades de serva incorruptível e perfeita no exercício da crença cristã.

Como visto neste breve percurso histórico acerca do tratamento e ideias que circundam a mulher, desde quando habita o útero da mãe e está a dar os primeiros passos de menina, o feminino é enxergado pelo prisma do masculino e por meio da perspectiva da sociedade de bases patriarcais, tendo, pois, como basilares, os pensamento machistas e excludentes, estes perpetuam e criam as concepções de gênero inferior. O feminino é visto como aquele cuja característica principal é a emotividade exacerbada e, portanto, a ausência da racionalidade, dando-lhe a única função que

pensam ser a qual as mulheres são capazes de cumprir: a organização da casa, a criação dos filhos e o papel de serva em uma instituição religiosa.

As lutas feministas foram indispensáveis para propagar teorias e concretizar revoluções que visavam aos direitos das mulheres e as reivindicações da igualdade entre os gêneros. Inúmeras feministas através da literatura, da filosofia e da história abriram caminhos para a abordagem de temas que muitas mulheres e a própria sociedade ignoravam ou não se atreviam a colocar pauta.

A historiadora Joan Wallach Scott (2008), ao discorrer acerca dos movimentos feministas na luta pelos direitos, destaca que muitas são as obras escritas por mulheres que foram silenciadas, sendo este um mecanismo baseado no gênero, bem como chama atenção para essas produções, as quais são importantes documentos que registram as diretrizes do feminismo. Para a autora, “a história das mulheres deve enfrentar criticamente a política das histórias existentes, e, assim, começar inevitavelmente a reescritura da história”¹¹ (SCOTT, 2008, p. 47, tradução nossa). A história conhecida, mencionada por Scott, diz respeito às retratações e descrições da mulher feita pelo olhar dos privilegiados, dos homens, enquanto as elaborações teóricas das próprias mulheres, relatando e denunciando os contextos aos quais pertencem, são relegadas.

Muitas foram as mulheres que lutaram pela igualdade entre os gêneros. Têm-se a ativista política e dramaturga francesa Olympe de Gouges, a filósofa e escritora inglesa Mary Wollstonecraft, a escritora e educadora Nísia Floresta, a “primeira teórica do feminismo no Brasil” (ZOLIN, 2009, p. 185), a filósofa francesa Simone de Beauvoir, a escritora e feminista Rose Marie Muraro, dentre outras que se engajaram na conquista pelo espaço de atuação na sociedade patriarcal em diferentes épocas e de modos particulares, alargando as fronteiras das discussões do feminismo e da condição da mulher. A luta ainda continua através da literatura, da voz, da reivindicação, das mobilizações públicas pacíficas, das reflexões e revisões de teorias já publicadas, na permanência da resistência e existência.

4 ANGÉLICA E TOMÁZIA: MULHERES CIRCUNSCRITAS NO ESPAÇO SOCIAL SERTANEJO

As personagens femininas Angélica e Tomázia surgem no início da narrativa. A cena descrita pelo olhar atento do narrador onisciente é a de um leilão que ocorre em uma festa religiosa, com a presença do leiloeiro que “ficara na barraca, comendo amêndoas de cartucho e pigarreando de rouco, bloqueado por uma multidão encachada de fim de festa (ROSA, 2015, p. 298). O acontecimento aparenta ser muito esperado pelos presentes, há uma multidão, filas para ver o que seria leiloadado naquele dia.

As duas mulheres são prostitutas, porém não nos aprofundaremos nesse aspecto. Pretende-se lançar o olhar para a forma como essas figuras femininas são tratadas e subjugadas no espaço social sertanejo, arraigado pelo patriarcado. Os

¹¹ “La historia de. Las mujeres debe enfrentarse criticamente a la política de las historias existentes, y así empieza inevitablemente la reescritura de la historia”. (SCOTT, 2008, p. 47).

personagens homens se subsidiam na atuação destas na prostituição para exercer humilhação, agressão verbal e ofensas, atitudes machistas e misóginas que também são expostas pelo narrador. Destarte, a voz que guia a estória continua a contar:

E, na primeira fila, apertadas contra o balcãozinho, bem iluminadas pelas candeias de meia-laranja, as duas mulheres-à-toa estavam achando em tudo um espírito enorme, porque eram só duas e, pois, muito disputadas, todo-o-mundo com elas querendo ficar. (ROSA, 2015, p. 298-299)

O termo leilão em seu significado semântico e pragmático, pensado previamente, representa a venda de objetos ou bens a um comprador que possa e tenha a intenção de dispor do maior valor monetário para ter a posse do que está sendo vendido. O dicionário *Contemporâneo de Língua Portuguesa* oferece os seguintes significados ao termo leilão: “Venda pública de objetos que são arrematados por quem oferecer o maior lance; almoeda; arrematação; hasta”¹². Entretanto, nota-se que nesse leilão não se têm objetos materiais ou patrimoniais colocados à venda, mas sim mulheres: sujeitos dotados de racionalidade e opinião, de liberdade e direito, que não deveriam ocupar essa posição nem receber esse tratamento. O leilão aqui descrito não significa a compra das mulheres, mas o homem que pagaria mais dinheiro para passar uma noite ao lado delas.

Angélica é descrita como “preta e mais ou menos capenga [...]” (ROSA, 2015, p. 299). A personagem é discriminada pela cor de sua pele. Mulher negra, sertaneja, em situação de vulnerabilidade, tendo a prostituição como meio de sobrevivência financeira, recebe críticas por sua raça e etnia, configurando uma cena explícita de racismo. Assim como o patriarcado, o racismo tem suas bases fincadas nas estruturas sociais.

A filósofa Djamila Ribeiro (2019), na obra *Pequeno manual antirracista*, destaca a indispensabilidade de se pensar o racismo a partir dos dados históricos da escravização no Brasil, para entender como esse sistema influencia na constituição da ideia de inferioridade e na pobreza do povo negro, “beneficiando por toda a história a população branca” (RIBEIRO, 2019, p. 6). A nomenclatura “capenga” tem um teor de desvalorização da mulher, conceituada como “1. que(m) puxa da perna; manco. 2. Imperfeito; defeituoso” (HOUAISS, 2011, p. 162). Por Angélica ter essa limitação física, é considerada descartável para o leilão, confirmando que “apenas a outra servia” (ROSA, 2015, p. 229). Observa-se que as duas mulheres são tratadas como seres desprezíveis e meras mercadorias.

Mesmo com as evoluções históricas, reformulações nos modelos de organização social, nas formas de relacionamentos e com o surgimento dos novos formatos de família, a sociedade ainda é estruturalmente patriarcal e muitas mulheres estão em situações opressivas dentro dos lares e através dos ditames impostos a elas pela sociedade, bem como pela própria limitação quanto à atuação nos espaços públicos,

¹² Cf. LEILÃO. In: VALENTE, Antônio Lopes dos Santos; AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão Online. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/Leil%C3%A3o>. Acesso em: 09 out. 2020.

objetificação e papéis estereotipados atribuídos ao gênero feminino, como afirmam os autores Bores e Cesídio (2007), no sistema patriarcal as mulheres tendem a ter as posições e interesses reduzidos e desprestigiados.

O cultural¹³ e o histórico “exprime os diferentes modos de organização da vida social, referindo-se tanto à humanidade como um todo quanto às nações, às sociedades e aos grupos sociais” (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 454). Nesse sentido, a professora e pesquisadora Maria Elisa Cevasco (2009), no texto *Literatura e Estudos Culturais* (2009), salienta acerca da relevância em efetivar a leitura das obras literárias a partir do contexto social de produção, considerando os aspectos culturais para uma melhor interpretação e entendimento.

O sujeito sempre é concebido pelo olhar do outro, homens e mulheres definidos e narrados a partir das observações do escritor, do falante, do narrador observador ou onisciente. O conto analisado demonstra esse olhar direcionado às personagens femininas de maneira que denuncia o desrespeito e o maltrato padecido pelas figuras narrativas ficcionais e, por extensão, suportado pelas mulheres sertanejas reais.

Destaca-se que o nome Sariema foi dado à Tomázia pelos homens do leilão, baseando-se nas características físicas – “tinha pescoço e pernas finas” (ROSA, 2015, p. 299) –, como justificativa a exteriorização do desejo de inferiorizá-la. O nome representa a identidade do sujeito; o ato de renomear pode parecer irrelevante, porém, quando se pensa de modo mais detalhado, observa-se que consiste em uma forma de retirar a personalidade e descaracterizar a personagem, desumanizá-la.

Nhô Augusto surge no leilão, exibindo a valentia típica dos sertanejos do interior de Minas Gerais, sendo este um traço marcante e constitutivo da personalidade do personagem “cabra macho” (ROSA, 2015), que mais tarde passa por uma transformação nos valores éticos e comportamentais. Ele paga cinquenta mil réis para levar Tomázia. Foram então “para a casa do Beco do Sem-Ceroula, onde só há três prédios – cada um deles com gramofone tocando, de cornetão à janela – e onde gente séria entra, mas não passa” (ROSA, 2015, p. 301). Ao adentrar no local e ver o corpo de Tomázia despido diante dos olhos, Nhô Augusto a menospreza, a expulsa aos empurrões de sua presença e a chama de “perna de manuel-fonseca, uma fina e outra seca [...] sombração [...] frango-d’água!” (ROSA, 2015, p. 302). A objetificação da personagem feminina, dos traços e formas do seu corpo está evidente no trecho apresentado, que descreve o teor das palavras e da ação de violência psicológica do sujeito ficcional masculino frente à mulher.

Constata-se também que esses comportamentos são sustentados pelas normas de ordem patriarcal dominante, em que o dominado é inferiorizado pelo sujeito que ocupa uma posição superior. Nesse caso, os personagens masculinos nomeados e inominados colaboram na humilhação de Angélica e Tomázia; mesmo que a figura narrativa ficcional Nhô Augusto tenha um maior destaque nessa subjugação, não se pode esquecer dos demais homens que gritam e agridem.

¹³ O antropólogo José Luiz dos Santos (2006, p. 8), acentua que “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos [...]. Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam”.

5 DIONÓRA E MIMITA: DA OPRESSÃO À SUBVERSÃO

Dionóra surge na narrativa pela enunciação do personagem Quim Recadeiro¹⁴ que traz um aviso ao marido, pedindo para que retornasse “à casa dele, de verdade, na Rua de Cima [...]” (ROSA, 2015, p. 302). Como é perceptível, Nhô Augusto tem o hábito de passar dias fora do lar, a fazer de outros lugares a sua pousada, deixando de prestar assistência à esposa e filha. Oferece-lhes, ao retornar, distância afetiva e valentia, esta última surge como maneira de preservar o domínio na estrutura familiar.

A personagem Dionóra é descrita fisicamente como uma mulher de “belos cabelos e olhos sérios” (ROSA, 2015, p. 302). Contudo, em estado de exaustão pelo tratamento que recebe do marido, são dores há muito tempo guardadas, sentidas e relembradas a cada ausência e descaso por parte daquele que deveria ser o seu companheiro. Neste momento da narrativa, Mimita – filha de Nhô Augusto e Dionóra – tem dez anos de idade e parece sofrer com a omissão do pai.

Dona Dionóra cuida da casa e da filha enquanto o marido mantém casos extraconjugais, exercendo, assim, o poder sobre a mulher. Nas palavras de Zolin (2009, p. 182), “as relações de poder entre casais espelham as relações de poder entre homem e mulher na sociedade em geral”. À medida que tece os desmandos direcionados à esposa, limita a atuação desta aos espaços e tarefas domésticas, recaindo sobre ela toda a responsabilidade, inclusive a educação da filha do casal.

Dionóra relata que teme a convivência com o marido, pois ele é “duro, doido e sem detença, como um bicho grande do mato” (ROSA, 2015, p. 303). A comparação entre o esposo e o bicho do mato denota a agressividade com a qual Dionóra era tratada na relação conjugal. Em meio a isto, a personagem nutre uma esperança na mudança do marido, sentindo-se vinculada a ele: “sem efeito eram sempre as orações e promessas, com que ela o pretendia trazer, pelo menos, até a meio caminho direito” (ROSA, 2015, p. 303). Dionóra vive uma união conturbada, difícil emocionalmente, chegando a recorrer à divindade religiosa na esperança de resolver a relação.

Outra mulher que habita ficcionalmente o espaço doméstico e encontra-se em um casamento fracassado e infeliz é a figura narrativa Alma do conto “A estranha ressonância do nome Alma”, do livro *Flores ao telefone* (1968), da escritora portuguesa Maria Judite de Carvalho. Em resposta às cobranças do matrimônio destinado e exigido do feminino, Alma permanece em uma relação sublinhada pela apatia e negligência, descontente com a posição de dona de casa e esposa, restringida e afligida pela função de esposa a ela determinada.

Os laços existentes entre a mulher que vive em condição de opressão e o marido não são tão fáceis de serem rompidos. Sabe-se que as mulheres, principalmente, as que estão em situação econômica precária, buscam e acreditam na melhora dos companheiros, prezando pelas subsistências dos filhos, uma vez que não possuem condições de sobreviverem sozinhas, por não terem vínculo empregatício para manter casa e custos básicos.

¹⁴ Amigo e empregado de Nhô Augusto, morto pelos jagunços do Major Consilva “com mais de vinte balas no corpo” (ROSA, 2015, p. 315), ao buscar vingança em nome do patrão.

Esse contexto de não inserção no mercado de trabalho ocorre por diversos motivos, os quais não serão aprofundados, porém se destaca que, em muitas relações em que o machismo predomina, o marido obriga a esposa a dedicar-se aos afazeres do lar, tornando-se único provedor da família, o que nos parece ser um movimento de limitação da independência feminina. Por muito tempo, acreditou-se na ideia da mulher dedicada apenas ao ambiente da casa, às atividades destinadas ao gênero feminino, como discorre Perrot (1998):

A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira. Essas representações [...] atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos. (PERROT, 1998, p. 09)

Essas concepções que instituem os papéis de participação da mulher, restringindo-as ao lar e às atividades domésticas, vêm desde a antiguidade por meio de estudiosos que defendiam a relegação do feminino por considerá-lo menos capaz e com um nível de racionalidade menor que o dos homens, a exemplo de Platão, Aristóteles, Kant. Os beneficiados dessa divisão de tarefas e obrigações são os homens e não a sociedade em sua totalidade, posto que o corpo social é formado por indivíduos de ambos os gêneros.

O escritor e filósofo Jean-Jacques Rousseau (1995), em *Emílio ou Da Educação*¹⁵, 1995, ao descrever a personagem Sofia, desvela a sua concepção acerca da mulher, a qual deve ser submissa e aprazer o homem, pois esta, em sua perspectiva, é a finalidade do feminino. As únicas habilidades consideradas adequadas para a mulher, como visto acima, consiste em ser mãe, esposa e responsável pela organização da casa, sendo, pois, essa divisão de papéis vantajosa para os que instituem o poder e dele usufruem.

Assim, as “estruturas de dominação [...] são produtos de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, [...]) e instituições, famílias, igreja, escolas, estado” (BOURDIEU, 2012, p. 46). O controle exercido à mulher vem de um período estabelecido historicamente e apresenta-se de várias direções por meio de diferentes agentes, os quais exercem seus poderes e impõem as regras ao feminino.

O romance regionalista *Inocência*, de Visconde de Taunay (2013)¹⁶, coloca em evidência a opressão feminina, especificamente dentro da família. A personagem-título ocupa um ambiente repressivo, no qual o pai Martinho dos Santos Pereira, sertanejo rígido e honesto, em nome das regras sociais e morais, oprime a filha, impedindo-a de exercer o direito de escolha do homem com quem viria a se casar, de aprender a ler e escrever, educando-a para obedecer às ordens do futuro marido, este escolhido por ele.

O narrador aponta para a culpa de Dionóra por ter ido contra os desejos dos pais, por ter “desafiado a família toda, para se casar” (ROSA, 2015, p. 303). Diante da relação em que estava, ela “[...] amara-o três anos, dois anos dera-os às dúvidas, e o suportara os demais. Agora, porém, tinha aparecido outro” (ROSA, 2015, p. 303). O outro

¹⁵ Este livro teve sua primeira publicação no ano de 1762.

¹⁶ Obra publicada pela primeira vez em 1872.

que surge é seu Ovídio Moura, homem que demonstra respeito e amor por Dionóra e que deseja casar-se e construir uma família ao seu lado.

Seu Ovídio, “gostava dela, muito... Mais do que ele mesmo dizia, mais do que ele mesmo sabia, da maneira de que a gente deve gostar. E tinha uma força grande, de amor calado, e uma paciência quente [...]” (ROSA, 2015, p. 303). A relação, no entanto, parecia impossível de se concretizar, pois o medo da reação de Nhô Augusto assustava Dionóra, a qual receava por si e pela filha. Uma característica típica do machismo é o homem se considerar proprietário do corpo e da vida da mulher, mantendo-a em um matrimônio fracassado por achar que esta deve lealdade e tolerância ilimitada.

Mimita é movida pela dor do desafeto da figura paterna, e questiona: “– Por que é que o pai não gosta de nós, mãe?” (ROSA, 2015, p. 304). Essa frustração existente no elo paterno traz consequência para a vida da menina; o desamparo e a violência transpassam a sua existência; ela cresce em beleza e entra na prostituição, “seduzida por um cometa, que a levava do arraial, para onde não se sabia” (ROSA, 2015, p. 315). Dionóra decide deixar Nhô Augusto – homem cruel que não assume responsabilidades como pai e esposo, passa os dias a dedicar-se aos projetos de valentia – e ir embora do vilarejo com Ovídio, levando a filha.

Entra em nossa discussão, a subversão da personagem Dionóra, que, após vivenciar uma relação baseada nas ideias de superioridade do homem, na qual o marido a colocava em situação de inferioridade, de manipulação e de amedrontamento, consegue romper e se libertar da condição, abandonando a casa, o esposo violento e o espaço em que fora oprimida e subjugada, (re)começando a sua jornada.

A luta das mulheres em busca da igualdade de direitos entre os gêneros abarca também “a libertação do sofrimento psíquico devido à sua marginalização na sociedade, incluindo seu corpo e seus desejos” (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 460). Nessa perspectiva, no que concerne a essa atitude subversiva, a obra demonstra a força da mulher do espaço ficcional ao espaço real, na busca incessante pela autonomia e liberdade de escolha, de existir, de decidir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dizeres acerca da estilística e obras do escritor modernista João Guimarães Rosa foram construídos, os quais alargam o olhar para cada realidade descrita, relatada e criada pelo autor, bem como para a importância deste para as produções literárias brasileiras. As narrativas de Rosa proporcionam descobertas linguísticas, interpretativas e pragmáticas em um movimento cheio de descrições regionalistas que impressionam o leitor, a ponto de transportá-lo imaginativamente aos chãos dos sertões mineiros.

As personagens femininas no conto analisado desvelam situações de subjugação manifesta em espaços ficcionais diferentes, mas que se assemelham pela natureza. As respectivas mulheres sofrem pelas posturas de homens privilegiados pelos pilares do patriarcado que cede a eles posições elevadas em relação à sexualidade, à atuação na sociedade, entre outros. Como frisado por Bourdieu (2012), os dominados

imersos no sistema de dominação acreditam ser as percepções e os comportamentos dos dominantes naturais e verdadeiros.

Angélica e Tomázia surgem dentro do espaço ficcional social – entende-se e emprega-se esse termo para diferenciar dos espaços em que se encontram Dionóra e Mimita, que são descritas na instituição social do casamento, da família e do lar, este último não está explícito, ficando a cargo do leitor realizar essa interpretação com base nas pistas do texto – tratadas pelos personagens masculinos não nomeados, como o leiloeiro e as vozes que gritam ao redor, e os nomeados, como Tião e Nhô Augusto, como mercadorias a serem adquiridas, retirando-lhes a autonomia e a identidade pelo ato de nomear Tomázia com o nome degenerativo, partindo de pressupostos preconceituosos, fundamentado em particularidades físicas, sendo enxergadas a partir da objetificação do corpo.

Essas concepções e comportamentos advêm de uma base marcada pelo falocentrismo¹⁷, que, como acentua Beauvoir (2016), ao analisar as abordagens psicanalíticas na tentativa de compreender as razões pelas quais a mulher é considerada o Outro, em um sentido simbólico “o falo exprimiria todo um conjunto do caráter e da situação viris” (BEAUVOIR, 2016, p. 67). A mulher é vista como o ser marcado pela falta, desapontada por não possuir o falo. Cabe, pois, considerar que não se deve definir a mulher, sua força, sua sexualidade a partir, unicamente, das teorias psicanalíticas; precisa-se reconhecer as contribuições dessa área do saber, mas olhar criticamente para o fortalecimento das concepções patriarcais que se valem da simbologia da teoria do falo para reverberar a superioridade predominante do homem.

As personagens Dionóra e Mimita são descritas a partir do espaço do lar e das relações familiares – de esposa e marido e de pai e filha –, marcadas pelas ausências e maus-tratos da figura masculina, ou seja, de Nhô Augusto. Na concepção de Perrot (1998, p.91), “entender as proibições é também compreender a força das resistências e maneiras de contorná-las e subvertê-las”. Esse reconhecimento das limitações impostas, de forma clara ou de modo tímido, conduz a um processo de reconhecimentos das amarras colocadas e, por fim, à resistência em nome da própria existência.

Nesse sentido, no que concerne Dionóra, constatou-se que, mesmo a relação conjugal sendo difícil de ser rompida pelo temor do marido e pelo jogo de dependência sentimental e financeira, quando ela toma conhecimento da repressão que está a sofrer, consegue subverter as normas estipuladas acerca do matrimônio, vencer o medo do marido, rompendo o casamento marcado por angústias e medo e, adotando a posição de mulher-sujeito, foge com Seu Ovídio e (re)começa a vida.

Desse modo, ao se analisarem as personagens femininas Dionóra, Mimita, Angélica e Tomázia em suas particularidades, considerando os diferentes papéis destas dentro da malha narrativa, constatou-se que as normas patriarcais que vigoram na sociedade influenciam no modo como se concebe o feminino. Essas ideias predominantes fortalecem a visão de uma inferioridade e incapacidade por parte das mulheres. A hipótese lançada neste trabalho foi confirmada: o personagem masculino

¹⁷ Conforme Lúcia Osana Zolin (2009, p. 182), este termo é “tomado por algumas escritoras e críticas feministas para desafiar a lógica predominante no pensamento ocidental, bem como a predominância da ordem masculina”.

Nhô Augusto, imerso na sociedade em que fortalece e incentiva a superioridade, valentia e ideias basilares do patriarcado, subjuga as personagens narrativas femininas dentro do lar, na instituição casamento e fora dele, na sociedade, ou melhor, nas relações com o outro.

O conto não tem uma época explícita, sabe-se o ano de produção e reprodução da obra, porém, na narrativa, no que concerne aos personagens e ao enredo, o tempo ocorre no íntimo das figuras ficcionais, manifesta-se no psicológico. Destarte, as marcas de dominação encontradas na leitura dessa estória podem simbolizar as mesmas idiossincrasias que perduram vigorosamente em diferentes épocas, reprimindo e ultrajando diversas mulheres, em um processo de silenciamento e marginalização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fabrício César de. **O pacto entre Rosa e sertão**: a encruzilhada do espaço com a literatura. 2018. 352f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Curitiba, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORIS, George Daniel Janca Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e subjetividades**. Fortaleza. v. VII, n. 2. p. 451-478, set/2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARVALHO, Maria Judite de. **Flores ao telefone**. Ovar: Portugal, 1968.

CAVALCANTI, Rosália Andrade; FRANCISO, Ana Lúcia. Virgínia Woolf e as mulheres. **Gênero**. Niterói. v. 17, n. 1. p. 27-49, 2º sem/2016.

CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e Estudo Culturais. *In*: BONICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-326.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2011.

LEAL, Daniela; MASSIMI, Marina. Alfred Adler (1870-1937): uma breve biografia. **Estudos e pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 17, n. 2. p. 796-814, ago./2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, João Guimarães. A hora e vez de Augusto Matraga. *In*: ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p. 298-338.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Existentialisme est un humanisme**. Paris: Nagel, 1970.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e história**. Tradução de Consol Vilà Boadas. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

VALENTE, Antônio Lopes dos Santos; AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Versão *Online*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/Leil%C3%A3o>.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista: *In*: BONICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 217-242.